Sindipetro BAHIA
SINDICATO DOS PETROLEIROS DA BAHIA
FUP CNQ CUT

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

# Petrolino

nº41

Jornal dos Aposentados e Pensionistas – Sindipetro Bahia  Ano IV | nº41 | Setembro 2016

BENEFÍCIO FARMÁCIA

# Reembolso começa a ser pago a partir do dia 15/09

Na primeira reunião de negociação do Aditivo 2016 ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2015/2017, entre a direção da FUP e os representantes da Petrobrás e das suas Subsidiárias, que aconteceu na quinta-feira, dia 01/09, na Sede da empresa (EDISE) no Rio de Janeiro, os membros da direção da FUP e seus sindicatos filiados, cobraram a regularização do Benefício Farmácia e o cumprimento do atual ACT assinado.

Os dirigentes sindicais ressaltaram, que a suspensão do benefício, feita de forma unilateral pela empresa, vem causando inúmeros prejuízos, principalmente para aqueles que mais precisam: os doentes crônicos, os mais idosos e os que tem menor remuneração.

Os representantes da Petrobrás, na mesa de negociação, informaram que a partir do dia 15/09, os aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás poderão solicitar o reembolso dos valores gastos com medicamentos, a partir dessa data, utilizando o portal da AMS, na internet (https://ams.petrobras.com.br), bastando clicar no "botão do compartilhado".

Os representantes da empresa informaram ainda, que as despesas realizadas pelos beneficiários, desde setembro de 2015 até o dia 14/09/2016, serão reembolsados posteriormente, de acordo com os procedimentos que serão divulgados brevemente.

Quanto a utilização da rede de farmácias, os representantes da empresa informaram que esse sistema não será mais utilizado, devido aos inúmeros problemas que ocorreram e que originaram um processo de investigação no TCU – Tribunal de Contas da União e levaram a suspensão temporária do benefício. Desta forma, segundo os representantes da Petrobrás, os beneficiários continuarão a utilizar, somente, o sistema de entrega a domicílio, para medicamentos a partir de R$ 200,00 a embalagem, e o reembolso, que será feito, a partir de agora, em no máximo trinta dias.

Ao final, os dirigentes da FUP/Sindicatos questionaram o valor limite de R$ 200,00, no sistema de entrega à domicílio, pois, esse limite, não está previsto no atual ACT e nem foi negociado entre a FUP e a Petrobrás e suas subsidiárias e cobraram a regularização imediata do fornecimento dos medicamentos para os doentes crônicos, que utilizam remédio de uso contínuo e, por isso, tem uma despesa mensal alta e permanente. Os representantes da empresa informaram que, por enquanto, esse limite financeiro será mantido e, brevemente, informarão como esses beneficiários, que utilizam remédio de uso contínuo, serão atendidos.

### ATENÇÃO APOSENTADO E PENSIONISTA

**Diante desses fatos, a direção do Sindipetro Bahia irá providenciar um atendimento especial para todos os seus associados que quiserem acessar o Portal da AMS na internet, para receberem regulamente o seu reembolso do Benefício Farmácia, das despesas realizadas com medicamentos, mas, que tem dificuldade do acesso a essa rede mundial de computadores.**

Página 2
**PETROS**
Confira a 2ª parte da entrevista do Conselheiro Paulo César sobre o déficit do Plano Petros 1

Página 4
**NÍVEIS**
Mais de 27 mil assistidos já receberam o pagamento do Acordo dos Níveis 2004, 2005 e 2006

Jornal petrolino - aposentados n41.indd 1  05/09/2016 10:34:51

ENTREVISTA (PARTE 2)

# Conselheiro eleito explica déficit no Plano Petros 1

Como informamos na edição 40 do Petrolino (julho) leia a continuidade da entrevista do Conselheiro Deliberativo eleito Paulo César.

**Petrolino – Quais são as formas previstas na lei para o equacionamento desse déficit? Em sua opinião, qual é a forma mais adequada de pagamento para os participantes e assistidos do PP1?**

**Paulo César** – A legislação prevê três formas: redução de benefícios, aumento da contribuição normal e implantação de uma contribuição extraordinária. A redução de benefícios somente pode ser aplicada para os participantes (pessoal da ativa). Não pode haver redução nos benefícios dos atuais assistidos (aposentados e pensionistas) e seus dependentes.

Se houver aumento na contribuição normal, somente os participantes e os aposentados pagarão o equacionamento desse déficit, pois a pensionista não tem essa contribuição, mas se for implantada uma contribuição extraordinária, nesse caso todos pagarão esse déficit.

Para os participantes, o aumento na sua contribuição normal, ou a implantação de uma contribuição extraordinária, ou ambos, será feito através de desconto no seu salário. No caso do aposentado, esses descontos incidirão, somente, na sua suplementação. No caso da pensionista, o desconto incidirá somente na sua suplementação e se for implantada a contribuição extraordinária.

Na minha visão, a forma mais adequada para fazer o equacionamento do déficit será aumentar a contribuição normal, estabelecendo uma nova taxa de desconto mensal, para custear o déficit decorrente dos ajustes estruturais que foram feitos no plano (mudança do cálculo dos compromissos do plano, devido à mudança na composição familiar, utilizando a família real ao invés da família padrão e a retirada do teto operacional de 90% no cálculo e concessão de benefícios) e, ao mesmo tempo, implantar uma contribuição extraordinária, através de uma nova taxa mensal, para custear o déficit decorrente dos problemas conjunturais da economia, que estão afetando o patrimônio do plano. Isso porque a contribuição normal é permanente e, portanto, deve ser utilizada para custear os ajustes estruturais do plano, que também são permanentes. Já a contribuição extraordinária, que é provisória, deve ser utilizada para custear os problemas conjunturais que estão afetando o plano, que também são provisórios.

**Petrolino – De acordo com essa mesma legislação, como a Petrobrás e as demais empresas que patrocinam o PP1 farão o equacionamento desse déficit?**

**Paulo César** – O equacionamento será feito através de contribuições paritárias, ou seja, as contribuições dessas patrocinadoras para o PP1 serão da mesma forma, proporção e valores que os participantes e assistidos irão pagar. Portanto, o montante que for descontado por todos os participantes e assistidos do PP1 será o mesmo que essas empresas pagarão.

WANDAICK COSTA

**Petrolino – Existem riscos com relação aos pagamentos dos benefícios?**

**Paulo César** – O atual patrimônio do PP1 é suficiente para o pagamento dos seus atuais e futuros benefícios durante, pelo menos, os próximos 20 anos. A partir daí, os recursos que não foram cobrados poderão comprometer o pagamento futuro desses benefícios. Portanto, se esse déficit não for resolvido agora, se esse recurso continuar faltando, se não for cobrado e pago, o plano perderá a capitalização desses recursos, ou seja, perderá os juros sobre essas novas contribuições. Por outro lado, quanto mais tempo for adiada a cobertura desse déficit, mais ele continuará crescendo e no futuro, o seu equacionamento será muito mais caro. Nesse caso, o problema não atingirá aos atuais aposentados e pensionistas, mas fatalmente depois de 20 anos, com um déficit muito maior, o seu equacionamento se tornará caro demais para os aposentados e pensionistas que ainda estiverem recebendo seus benefícios no PP1.

**Petrolino – Atualmente um plano de beneficio definido como é o Plano Petros 1 é economicamente inviável?**

**Paulo César** – Não. Um plano de beneficio definido - BD, como o PP1, não é inviável. Entretanto, um plano de BD é um plano mais caro que os demais planos e tem que ser muito bem administrado durante toda a vigência. Infelizmente o PP1, durante os seus 45 anos de existência, foi mal capitalizado e agora, os efeitos dessa falta de capitalização, estão aparecendo. O que eu estou tentando explicar é que tanto a Petrobrás e as demais empresas patrocinadoras do PP1, como nós empregados, pagamos juntos um consórcio para adquirir um bem, e agora, o valor do bem que estamos recebendo é maior do que o valor do bem que nós pagamos. É por isso que está ocorrendo déficit.
O PP1 por ser um plano BD, é um plano previdenciário e não um plano financeiro. Entretanto, um plano de BD é mais caro por que garante a renda vitalícia. Além da minha renda vitalícia, o PP1 garante a renda vitalícia da minha pensionista, que é mais jovem do que eu e, portanto, ela provavelmente estará recebendo benefício do plano por mais tempo, pois sua expectativa de vida é maior que a minha.

Por conta da renda vitalícia é que o plano BD é um plano caro. Como eu disse, o problema não é que o BD é inviável. O problema é se ele foi capitalizado corretamente, no período em que todos estavam na ativa sem receber beneficio. Agora que todos, ou a grande maioria, estão aposentados, se a capitalização no foi feita corretamente, realmente haverá problemas, como os que estão ocorrendo agora no PP1. Portanto, independentemente dos problemas do mercado financeiro e dos erros que foram cometidos na gestão da Petros e do PP1, existe um problema de capitalização no plano desde a sua origem. Até a presente data a Petrobrás ainda paga dívidas referente aos Pré-70 e a implantação, em 1984, do FAT – Fator de Atualização e o FC – Fator de Correção (Artigos 41 e 42). Além dessas, há outras dívidas que ainda estão sendo cobradas na justiça e que até hoje não conseguimos resolver.

E X P E D I E N T E
**Jornal dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobrás**
**Sindipetro Bahia**

Rua Boulevard América 55, Jardim Baiano, SSA/BA, CEP 40050-320 – Tel.: 71 3034-9313
E-mail: imprensa@sindipetroba.org.br
Site: **www.sindipetroba.org.br**

Diretores de Imprensa: Leonardo Urpia e Paulo César Martin
Textos e Edição: Alberto Sobral e Carol de Athayde
Editoração: Márcio Klaudat
Tiragem: 5.000 exemplares – Gráfica: Visiongraf

FIM DO MANDATO LEGÍTIMO

# O golpe também é contra os (as) Aposentados(as) e pensionistas

Companheiro(a)s aposentado(a)s e pensionistas, o impedimento da presidente Dilma Roussef, que foi condenada por um crime que não foi comprovado, confirma a tese de que o Brasil sofreu um golpe de Estado.

Até a imprensa internacional em reportagens sobre o nosso país trata o assunto como um atentado à democracia. Mas mesmo com o afastamento definitivo de Dilma, a nossa luta contra o governo golpista continuará, pois o que defendemos é a democracia e a garantia da continuidade de um projeto de governo legitimamente eleito por mais de 54 milhões de brasileiros.

Mas com esse golpe, infelizmente, os aposentado(a)s e pensionistas também serão duramente prejudicados. Isso porque, os golpistas, que já vinham mostrando a sua real intenção, antes mesmo do afastamento definitivo da presidente Dilma, vão proteger e beneficiar o mercado, os grandes empresários e o capital internacional, os principais financiadores e apoiadores do golpe de estado, fazendo com que os o(a)s aposentado(a)s, a(o)s pensionistas, o(a)s trabalhadore(a)s e a maioria da população paguem a conta da crise econômica.

**O governo golpista de Temer já fez grandes estragos. Os efeitos do golpe são arrasadores. Conheça algumas ideias e ações dos golpistas, já colocadas em prática:**

- Incorporação do Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda impondo a lógica contábil e financista em todo o Sistema de Seguridade Social do Brasil, desmontando-o e reduzindo ou eliminando direitos, principalmente do(a)s aposentado(a)s e pensionistas;
- Redução ou extinção do SUS, que será substituído por planos de saúde privados;
- Reajuste do salário mínimo sem obrigatoriedade de reposição da inflação ou de concessão de aumento real, tirando do trabalhador, do aposentado e da pensionista a garantia de aumento anual, de acordo com a inflação e de aumento real;
- Fim da indexação de qualquer benefício previdenciário ao valor do salário mínimo eliminando o aumento no valor das aposentadorias com base no salário mínimo, com os aposentados passando a contar, apenas, com a boa vontade do governo federal;
- Aumento no tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria, inclusive para servidores da ativa;
- Fim da CLT permitindo que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais;
- Cobrança de mensalidade nos cursos de pós graduação em todas as universidades públicas;
- Fim da Controladoria Geral da União e o enfraquecimento da fiscalização e do combate à corrupção e a má utilização ou desvio do dinheiro público;
- Congelamento durante 20 anos dos gastos da União com saúde, educação, moradia, assistência social, salário e contratação de servidores, etc;
- Desvinculação das receitas da União acabando com os gastos obrigatórios nas áreas da saúde e da educação;
- Privatizações do patrimônio público, começando pela privatização da Casa da Moeda, dos Correios, Petrobrás e das Centrais elétricas federais nos Estados da Federação.

FONTES: HTTP://NOSSAPOLITICA.NET/2016/05/TEMER-28-MEDIDAS-IMPOPULARES | HTTP://GOO.GL/5SG2U6 | HTTP://GOO.GL/GEQKL | HTTP://GOO.GL/56JSFH

## ATENÇÃO aposentado(a) e pensionista: NÃO VOTE no 15, no 25 e no 45 (PMDB, DEM e PSDB). Saiba por quê.

1. **Esses partidos votam sempre contra os direitos dos aposentados e pensionistas, dos negros, das mulheres e da juventude.**
2. **Votam também para retirar a Petrobrás da exploração do Pré-Sal, a maior reserva de petróleo do mundo.**
3. **Querem que a Petrobrás seja privatizada e se isso acontecer os aposentados e pensionistas perderão a sua AMS e a Petros.**

**Como podemos impedir isso?** Começando a votar contra os candidatos desses partidos para vereador e prefeito da sua cidade.

Depois de eleitos, são eles que irão apoiar e eleger, na sua cidade, os próximos deputados estaduais, federais e senadores e o presidente da república, ou seja, todos os que irão votar contra os interesses dos aposentado(a)s e da maioria da população,

O 15 (PMDB), o 25 (DEM) e o 45 (PSDB) são os partidos que deram o golpe na presidente da República Dilma Rousseff, que teve 54 milhões de votos dos brasileiros. Em seu lugar, esses golpistas colocaram o vice, Michel Temer (PMDB).

Por isso, nesta eleição agora de outubro, lembre-se disso e não vote no 15 - PMDB, no 25 - DEM e no 45 - PSDB. Faça a sua parte, lembre ao seu ex-colega de trabalho, aos seus familiares, amigos e vizinhos desse perigo, pois ao votar nos candidatos desses partidos cada um de nós termina votando contra nossos interesses e nossos direitos. Depois disso, ficamos quatro anos pagando caro pelo voto errado.

**POR ISSO NÃO VOTE NO 15 (PMDB), NO 25 (DEM) E NO 45 (PSDB).**

NÍVEIS 2004, 2005 E 2006

# Mais de 27 mil assistidos já receberam pagamento do Acordo dos Níveis

A maioria dos assistidos (aposentados e pensionistas) já recebeu os pagamentos dos níveis 2004, 2005 e 2006, feito através de acordo administrativo ou extra-judicial para quem não tem ação na justiça.

De acordo com a Petros até o dia 26 de agosto, 17.384 beneficiários tiveram seus processos deferidos (aprovados) e receberam os pagamentos dos níveis.

A entidade recebeu 19.726 termos de transação individual, sendo que 515 termos ainda estão em processamento e 1.827 foram indeferidos (ver quadro abaixo). A porcentagem dos processos deferidos (aprovados) é de 97,12%.

Soma-se a esse quantitativo, os assistidos que aderiram aos termos de acordos judiciais. Em relação a esses acordos, no período de janeiro de 2015 a agosto de 2016, 10.284 assistiram fizeram acordo, destes, 9.685 já receberam o pagamento dos níveis, totalizando 27.069 assistidos.

**TERMOS DE TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS REFERENTES A REVISÃO DE NÍVEL 2004/2005/2006 DO PLANO PETROS 1- PP1**

| | Termos recebidos | Termos processados | Total de termos deferidos | Total de termos indeferidos | % Deferimento |
|---|---|---|---|---|---|
| Termos de Transação Administrativos | 19.726 | 515 | 17.384 | 1.827 | 97,12% |
| Termos de Transação judiciais | 10.284 | 599 | 9,685 | zero | 94,17% |
| **Total** | **30.010** | **1.114** | **27.069** | **1.827** | **96,05%** |

Em relação aos 515 termos administrativos que não foram pagos, a maioria desses processos que ainda não foram deferidos é de pensionistas e demanda tempo e análises individuais, devido a diversas complexidades, a exemplo de revisões judiciais e de pensões.

O Conselheiro Deliberativo Eleito, Paulo César Martin, ressalta que o trabalho ainda não parou e os aposentados e pensionistas ainda não contemplados com o pagamento dos níveis precisam ter um pouco mais de paciência até a conclusão e análise de todos os Termos que foram enviados para a Petros.

O Conselheiro orienta que todos os assistidos, que ainda quiserem fazer o acordo administrativo, que enviem os Termos de adesão pelos Correios para a Sede da Petros no Rio de Janeiro-RJ, mesmo que o prazo de adesão já esteja encerrado. O Conselheiro continua lutando para que todos os termos enviados, mesmo fora do prazo, sejam analisados e deferidos pela Petros, desde que, o assistido não tenha ação na justiça cobrando esse mesmo nível.

CARAVANA DA INFORMAÇÃO

# Confira o calendário das próximas reuniões

**CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO MÊS DE AGOSTO 2016**

| DATA | HORA | CIDADE | LOCAL |
|---|---|---|---|
| Terça - 13/09 | 10 horas | Candeias | Sub-Sede do Sindiquímica-BA |
| Quarta - 14/09 | 10 horas | Salvador | CEPE Clube - Stella Mares |
| Quinta - 15/09 | 10 horas | São Sebastião | Sub-Sede do Sindipetro-BA |
| Sexta - 16/09 | 10 horas | Salvador | Hotel Real Classic - Pituba |
| Sábado - 17/09 | 10 horas | Salvador | Cerimonial Torre da Praia – Ribeira |
| Terça - 20/09 | 10 horas | Salvador | Sede do Sindipetro-BA |
| Quarta - 21/09 | 10 horas | Alagoinhas | Hotel Plaza – Centro |
| Quinta - 22/09 | 10 horas | Catu | Sub-Sede do Sindipetro-BA |
| Sexta - 23/09 | 10 horas | Feira de Santana | Sub-Sede do Sindipetro-BA |
| Sábado - 24/09 | 10 horas | Salvador | Bar do Telão - Liberdade |

*Assuntos que serão abordados: benefício farmácia, pagamento dos níveis 2004,2005 e 2006, PL 83 e Plano Petros.

Lauro de Freitas

Mata de São João

Periperi

SINDICATO